

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Consórcio de Belo Monte busca comprador para usina.....	2
Título: A voz da América.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	4
Título: Empresas cobram R\$ 750 milhões da usina de Santo Antônio	4
Título: Agência de risco cita melhora financeira e eleva nota da Petrobras.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	6
Título: A síndrome da espiral	6
Título: S&P vê ‘mudanças significativas’ na Petrobrás.....	8
Título: Blindagem da Petrobrás.....	9

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez / Danilo Fariello****Título: Consórcio de Belo Monte busca comprador para usina**

Grupo controlador quer vender sua fatia de 50,02% do projeto

Foi dada a largada para a troca de comando da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. O grupo de empresas que controla a Norte Energia, a concessionária que opera a usina, contratou os bancos JPMorgan e Bradesco BBI para buscar investidores, no Brasil e no exterior, interessados no projeto, conforme noticiou ontem o jornal “O Estado de S.Paulo”. Belo Monte é a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás de Três Gargantas, na China, e de Itaipu Binacional, no Brasil. O grupo controlador pretende vender em bloco o total de sua participação na usina, que é de 50,02% do capital.

A estatal Eletrobras e suas subsidiárias Eletronorte e Chesf têm 49,98%. Um executivo próximo às empresas explicou que vários fatores as levaram a tomar a decisão de sair do projeto, marcado, desde o início, por intensas polêmicas e denúncias de irregularidades. — Um dos problemas é que, apesar de a participação do governo ser minoritária, é ele que manda na empresa. Nas decisões internas, apesar do voto dos sócios privados, prevalece o governo — destacou o executivo.

MAIS VANTAGEM EM OPERAÇÃO CONJUNTA

Outra questão que pesou para que o grupo controlador decidisse vender sua fatia foram as inúmeras denúncias de irregularidades envolvendo a construção da usina. De acordo com a delação premiada de Delcídio Amaral, ex-líder do governo Dilma Rousseff no Senado, as irregularidades começaram no leilão da usina, em 2010. As construtoras Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez — todas envolvidas na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal — participaram da obra. Segundo a fonte, os sócios controladores temem que o andamento das investigações afete ainda mais o projeto, que já apresenta dificuldades para ser rentável. As empresas que fazem parte do grupo controlador, com 50,02% do capital de Belo Monte, são Neoenergia, Cemig, Light, Vale, os fundos de pensão Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa), Aliança Norte Energia (Vale/Cemig), Sinobras, e Malucelli Energia.

Procuradas, elas não quiseram comentar o assunto. De acordo com essa fonte, como a participação de cada um é pequena, da ordem de 10%, os sócios entenderam ser mais vantajoso vender suas participações em conjunto, a fim de

conseguir um valor maior. A usina de Belo Monte tem valor estimado de R\$ 10 bilhões. A previsão é que a usina seja concluída em 2019. Belo Monte terá 11.233 megawatts (MW) de capacidade instalada, mas só gerará em torno de 4 mil MW na maior parte do tempo, devido à vazão do rio. Os investimentos estão em R\$ 31 bilhões, contra estimativa inicial de R\$ 16 bilhões.

Apesar de o processo de venda estar no início, já se comenta, no mercado, que os potenciais compradores serão certamente as gigantes chinesas, como a State Grid e a China Three Gorges (CTG) — da usina de Três Gargantas — que há vários anos vêm investindo pesado no Brasil nos setores de geração, transmissão e distribuição de energia. No fim de 2015, a CTG levou as usinas de Jupia e Ilha Solteira, por R\$ 17 bilhões. Mas o setor elétrico não atrai apenas investidores chineses. No ano passado, a italiana Enel abocanhcou a Celg, distribuidora de energia de Goiás, e a Petrobras fez parcerias com estrangeiras, como a francesa Total.

BUSCA DE INVESTIDORES

O governo Michel Temer quer atrair mais investidores para o setor. Na última quarta-feira, uma comitiva de cerca de 15 empresas — entre as quais UBS, BTG Pactual, XP Investimentos, 3R, BW Gestão de Investimentos e Pollux Capital — sentou-se à mesa com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, para levantar informações do setor. As discussões envolveram energia elétrica, petróleo e mineração. O apetite dos investidores, porém, esbarra na necessidade de capital em Belo Monte e em disputas técnicas, como aquelas entre as usinas Santo Antônio e Jirau, ambas no Rio Madeira, pela profundidade de seus reservatórios.

Opinião : CURIOSIDADES

BANCOS PÚBLICOS, privados e fundos de pensão de estatais, entre outros, sócios e credores da Sete Brasil tentam se entender, em câmaras de arbitragem, no Rio e Nova York, para reduzir o prejuízo.

SÍMBOLO DE delírios estatistas do lulopetismo, a Sete Brasil, idealizada na Petrobras, deve bilhões e não tem ativos para usar em qualquer quitação.

O CURIOSO é que entre os caloteados há quem tenha apoiado política e ideologicamente o projeto ou se aproximado dos governos petistas por oportunismo. Custou caro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A voz da América...

Embora o Brasil nunca tenha sido (e muito menos será com Trump) peça importante na política externa americana, Rex Tillerson conhece bem mais o Brasil do que seus antecessores democratas, John Kerry e Hillary Clinton. É que ele comandou a ExxonMobil, empresa que tem muitos interesses por aqui, inclusive na área do pré-sal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Dimmi Amora****Título: Empresas cobram R\$ 750 milhões da usina de Santo Antônio**

Empresas do setor elétrico estão cobrando a devolução de pelo menos R\$ 750 milhões aplicados na usina hidrelétrica de Santo Antônio, no Estado de Rondônia.

O consórcio que administra a usina se recusa a devolver valores aplicados pelos sócios, mesmo com uma sentença arbitral determinando que acionistas que colocaram dinheiro no empreendimento têm de receber dinheiro de volta porque diretores da empresa agiram para beneficiar uma parte dos sócios.

Entre os prejudicados estão as estatais do setor elétrico Eletrobras, Furnas e Cemig, que estão em conflito.

A Cemig, que pertence ao governo de Minas Gerais, cobra que as estatais federais Eletrobras e Furnas, sócias majoritárias, determinem que a diretoria Santo Antônio Energia devolva os recursos.

A Santo Antônio Energia é uma empresa privada cujos sócios são, além das estatais, empresas ligadas à construtoras Odebrecht e à Andrade Gutierrez.

Alegando problemas de caixa para pagar compromissos, a Santo Antonio Energia pediu mais de R\$ 2 bilhões para seus sócios desde 2014.

A empresa diz que foi prejudicada por greves que destruíram canteiros de obras da usina e, por isso, a obra atrasou e ficou mais cara que o previsto, gerando prejuízos.

Em 2016, a Cemig e a Andrade se recusaram a colocar novos recursos na companhia, alegando que parte deles estava beneficiando "parte relacionada", e depositaram os valores em juízo.

As duas alegavam que o dinheiro beneficiaria a Odebrecht. Para não ter que pagar à Santo Antonio, as empresas pediram uma arbitragem, espécie de julgamento paralelo à Justiça.

PRAZO

Em carta enviada à Eletrobras em setembro, à qual a Folha teve acesso, a Cemig diz que são pelo menos R\$ 750 milhões pagos de forma irregular. O prazo para devolução do dinheiro venceu, mas não houve devolução.

Procurada, a Cemig disse que não falaria por causa da cláusula de sigilo do processo arbitral. A Eletrobras disse que Furnas responderia.

Furnas informou que solicitou cópia de todo o processo. "Desde então, Furnas vem reiterando a implementação integral e imediata do determinado na sentença", afirma.

A Santo Antonio Energia informou que "sempre cumpriu e continuará cumprindo rigorosamente toda e qualquer decisão judicial e/ou arbitral definitiva".

A empresa afirma ainda que sempre disponibilizou e continuará disponibilizando todas as informações solicitadas pelos acionistas, sempre em conformidade com seu estatuto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Agência de risco cita melhora financeira e eleva nota da Petrobras

Pouco mais de dois anos após retirar o selo de bom pagador da Petrobras, a agência de classificação de risco S&P (Standard & Poor's) decidiu elevar a classificação de risco da empresa, sob a justificativa de que houve melhoras na estrutura financeira e maior previsibilidade.

Em comunicado divulgado nesta sexta (10), a S&P elevou a nota da empresa de B+ para BB-, ainda três degraus abaixo da primeira nota considerada grau de investimento (BBB-), selo conferido a empresas com menor risco de calote.

Também nesta sexta, a S&P manteve a nota de crédito do Brasil em grau especulativo e reafirmou a perspectiva negativa, o que significa que o país pode ter o rating rebaixado nos próximos meses.

Com a elevação, a Petrobras tende a pagar taxas menores quando tomar empréstimos com o mercado financeiro.

No comunicado, a S&P justifica a decisão dizendo que a Petrobras persegue uma estratégia focada em redução acelerada da dívida e fortalecimento de sua liquidez.

"Na nossa opinião, o estabelecimento de uma política de preços [dos combustíveis] garante visibilidade aos fluxos de caixa e uma estrutura de capital mais equilibrada", diz a agência.

No entanto, continua, mudanças nos controles internos ainda estão em estágio inicial e há dúvidas sobre a sustentabilidade desse processo em caso de mudança na gestão ou no governo.

LAVA JATO

A Petrobras perdeu o selo de bom pagador conferido pela S&P em dezembro de 2014, quando enfrentava dificuldades para fechar seu balanço financeiro diante das denúncias de corrupção investigadas pela Operação Lava Jato.

Desde então, houve novos rebaixamentos, provocados pelas incertezas sobre a capacidade da estatal para lidar com seu elevado endividamento.

"A administração da Petrobras mudou para melhor e a volta do grau de investimento é questão de tempo. Hoje, a empresa está voltada para acionista e não para políticas governamentais com antes", comentou Pablo Spyer, diretor da corretora Mirae Asset Wealth Management.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: A síndrome da espiral

Durante anos os formuladores de política para o setor de energia no Brasil foram acometidos da chamada síndrome da espiral. Essa síndrome acontece quando as pessoas têm certeza de que o caminho mais curto entre dois pontos não é uma reta, e sim uma espiral. Portadora dessa síndrome, na política pública faltaram objetividade e pragmatismo e sobraram intervencionismo, academicismo, houve pouca ou nenhuma racionalidade econômica e quase sempre o governo apostou contra o mercado.

Isso provocou crises num país com uma enorme diversidade energética. Uma explicação foi a presença de grandes empresas estatais que, por meio de um discurso ideológico, se transformaram em ícones e em campeãs nacionais, vendendo a falsa ideia de que pertenciam ao povo. Essas empresas nunca tiveram

uma governança capaz de proteger os interesses de seus acionistas e suas políticas sempre tiveram um viés político/partidário.

Com isso, nunca se desenvolveu o mercado de energia no interesse do consumidor, e sim em benefício dos políticos e dos amigos do rei. Exemplo: a falta de fiscalização de agentes vendedores de combustíveis. Essa narrativa precisa mudar. O governo acerta ao dar autonomia para que estatais como Petrobrás e Eletrobrás se redimensionem adotando planos de desinvestimentos.

Mas é preciso que o governo não perca o foco pró-mercado e não ceda a setores atrasados da economia que vendem a imagem de modernidade. Decisões que ajudariam na geração de empregos e na atração de investimentos já poderiam ter sido tomadas, e isso vem frustrando o mercado.

No etanol, a demora em usar a Cide como imposto ambiental; no petróleo, o adiamento da decisão sobre a cessão onerosa, política de conteúdo local e extensão do Repetro; na energia elétrica, leilões regionais, gás natural na base do sistema elétrico e critérios econômicos para novos leilões e para qualificar investidores.

Tomemos o exemplo do gás natural. A política para o setor há anos tem sido a de criar grupos de trabalho e elaborar estudos e planos. Nada disso alcançou o objetivo de promover uma maior participação do gás natural na matriz energética brasileira. Por quê? A explicação principal foi o monopólio da Petrobrás. Na área do gás natural, a Petrobrás sempre foi um monopólio vertical e horizontal, e com isso ditava as regras e o próprio planejamento e crescimento do setor.

Agora, com a nova Petrobrás vendendo ativos, inclusive na área do gás, é chegada a hora de mudar e atrair o capital privado. Essa é a intenção do Ministério de Minas e Energia, ao criar o programa Gás para Crescer e aprovar diretrizes no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O alerta é de que, mais uma vez, o governo parece estar caindo na armadilha da síndrome da espiral.

Em vez de focar em pontos nos quais existe consenso no mercado, encurtando o caminho para o gás ter participação mais relevante na matriz energética, cria oito grupos de trabalho e manda os agentes do setor se entenderem. Isso é voltar a uma prática que já se mostrou improdutiva. Produtivo seria agentes e governo atacarem em conjunto quatro pontos:

1# alterar a tributação do ICMS sobre importação do gás natural, transporte e sobre as operações de comercialização interestadual

2# a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis criar metodologias claras, com lógica econômica e de mercado para as tarifas de transporte e de acesso à infraestrutura;

3# realizar leilões de gás natural, com as usinas gerando na base do sistema elétrico, criando âncoras de consumo que permitiriam desenvolver outros mercados de gás natural;

4# e, em conjunto com os Estados, estabelecer uma regulação de distribuição mais harmoniosa. O governo, de forma correta, vem promovendo as reformas fiscal, da Previdência e trabalhista. Está na hora da reforma energética.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: S&P vê 'mudanças significativas' na Petrobrás

Rating. Segundo agência de classificação de risco, nova política de preços da estatal e programa de venda de ativos trouxeram uma 'estrutura de capital mais equilibrada', mas há incertezas quanto à capacidade da empresa de sustentar essas mudanças no longo prazo

A Petrobrás ficou um pouco mais perto de retomar o grau de investimento, selo de boa pagadora, da agência de classificação de risco Standard & Poor's. A agência elevou ontem a nota da empresa de B+ para BB- (três níveis abaixo do grau de investimento), com perspectiva estável. Ao justificar a elevação, a S&P ressaltou a importância da nova política dos combustíveis da estatal, que prevê uma revisão mensal no preço da gasolina e do óleo diesel com base nas cotações internacionais dos derivados de petróleo.

"Em nossa opinião, o estabelecimento da política de preços apoia a visibilidade de fluxos de caixa e uma estrutura de capital mais equilibrada", informou a agência em seu relatório. Com isso, a Petrobrás vem invertendo a imagem de que serve aos interesses da União, como no passado. Parte do atual endividamento da empresa foi acumulado durante o período em que comprava petróleo e derivados no mercado externo a preços superiores ao que praticava internamente, contribuindo com o governo para segurar a inflação.

A S&P destacou, porém, que, apesar das "mudanças estruturais significativas na empresa e controles internos mais fortes, elas ainda estão em uma fase inicial". Parte dessa insegurança está relacionada à "incerteza sobre a capacidade da

companhia de sustentar essas mudanças após possíveis mudanças na gestão e no governo”, afirmou a agência. A Petrobrás quer reconquistar o selo de boa pagadora, com o status de “investment grade”, a partir do ano que vem. Para isso, desenvolve um plano de corte de custos e de venda de ativos bilionário, seu plano de desinvestimento.

O grau de investimento foi cassado em 2015, quando vieram à tona denúncias de corrupção, e também com a queda do preço do barril do petróleo. Hoje, a estatal é uma das companhia mais endividadas do mundo. “A Petrobrás melhora a passos largos. O plano de desinvestimento está sendo bem gerido e rapidamente. Acredito na capacidade da empresa de retomar o grau de investimento em 2018, ainda que a Justiça venha barrando o programa de venda de ativos”, disse Flávio Conde, da consultoria WhatsCall.

Liminar. Ontem, por exemplo, a Justiça Federal de Sergipe concedeu liminar suspendendo a venda da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) ao grupo canadense Brookfield, por US\$ 5,19 bilhões. A ação foi movida pelo Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe (Sindipetro AL/SE). A Petrobrás informou estar tomando as “medidas judiciais cabíveis”. Até agora, o sindicato entrou com sete pedidos de liminar, dos quais obteve sucesso em cinco, relativos a negociações em curso ou já concluídas.

O Sindipetro planeja ainda impedir que a empresa vá adiante com a venda de subsidiárias que ainda não têm comprador definido. A Justiça de Sergipe já barrou a venda da Petroquímica Suape, dos campos de Baúna e Tartaruga Verde, da Distribuidora BR e de campos terrestres.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes

Título: Blindagem da Petrobrás

Depois da casa arrombada pelas revelações da Lava Jato, a Petrobrás começou a mudar a sua governança corporativa para se blindar das indicações políticas e garantir credibilidade dos investidores e credores para sair do buraco de endividamento onde o esquema de corrupção a empurrou.

Não há nenhuma dúvida que o processo de aperfeiçoamento nas regras de escolha dos dirigentes e da nova política de gestão já ajudou a melhorar um pouco a imagem tão machucada nos últimos anos da petrolífera brasileira. Esse arcabouço institucional incluiu medidas como uma ampla checagem (até o nível gerencial) dos pretendentes a cargos, processo conhecido no mundo corporativo de background check.

Todos os presidentes, diretores e gerentes executivos das empresas que integram o grupo Petrobrás são hoje obrigados a passar por esse crivo, que leva em conta não apenas a verificação da qualificação profissional para o cargo, mas também o seu envolvimento com partidos políticos (como contribuições), rastreamento de ações na Justiça e outras centenas de dados pessoais.

É feito uma espécie de dossiê do indicado. Mesmo com esses e outros reforços na governança adotados desde meados de 2015, a pergunta que todo mundo tem feito (principalmente agências de risco que avaliam a nota de crédito) é se as mudanças vão de fato se perpetuar no futuro. Se a blindagem da empresa é para valer e vai continuar. As dúvidas são pertinentes não só pelo histórico.

A sanção em junho do ano passado da Lei 13.303, que ficou conhecida como a nova Lei das Estatais, não foi capaz ainda de blindar essas empresas do loteamento político. A pressão dos aliados do presidente Michel Temer é tanto maior à medida que avançam as votações importantes no Congresso. Basta ver o que o já aconteceu nos Correios e na Caixa, onde o governo passou por cima da lei para agradar à base aliada.

O banco estatal comandado por Gilberto Occhi, indicado pelo PP, trocou 12 vice-presidentes no fim de 2016 para agradar a sete partidos: PMDB, PSDB, DEM, PR, PRB, PP e PSB. Já os Correios, presidido por Guilherme Campos, do PSD, teve de recorrer de uma decisão judicial que mandou afastar seis vice-presidentes dos respectivos cargos porque a empresa não comprovou que eles tinham a qualificação mínima exigida pela nova lei.

A diretoria da estatal, que tem o monopólio do envio de cartas, tem indicações do PSD, PSDB, PMDB e PDT. Com reformas importantes já no Congresso para serem votadas, entre elas a da Previdência e a trabalhista, os arranjos políticos para garantir o votos tendem a contaminar as barreiras que foram colocadas. Embora seja inegável que a Lei das Estatais promoveu avanços na governança a ponto de ser vendida como bandeira da transparência do governo federal, os requisitos originalmente previstos foram enfraquecidos na votação.

Críticas não faltaram, sobretudo, com a regra que permitiu que uma simples experiência em cargo de confiança intermediário no governo seja considerada qualificação adequada para um dirigente de estatal. De qualquer uma delas, incluindo as maiores, com centenas de milhares de empregados e faturamento bilionário. No caso da Petrobrás, o problema é mais grave porque a empresa adotou regras internas que são mais duras do que a lei e o decreto de regulamentação.

Ou seja, a legislação está aquém do que vem sendo praticado. A lei é menos forte. Na prática, isso pode levar a uma situação esdrúxula. O que poderá acontecer, se

houver uma nomeação de alguém de fora do quadro de pessoal da empresa, cuja indicação cumpre os critérios da Lei, mas não atende as regras internas de governança? Especialistas avaliam que essa situação mostra que a Petrobrás não está de todo blindada.

O problema tem sido discutido na área econômica e na própria empresa, que considera importante que institucionalmente a companhia esteja mais protegida. As mudanças de governança devem ser incluídas no estatuto. Mas, diante do histórico brasileiro, a mudança no estatuto não é suficiente. É necessário que seja editado um novo decreto com regras mais claras não só para a Petrobrás, mas também para blindar outras estatais, como Caixa, Correios e Banco do Brasil.

MME / ASCOM .